

## SIDNEY BITTENCOURT

*Mestre em Direito pela UGF; pós-graduado em Gestão de Negócios no contexto da União Europeia (UE), no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) – Portugal, consultor, parecerista e conferencista consagrado, professor de Direito Administrativo e Econômico, autor de inúmeras obras jurídicas, além de articulista, com artigos, ensaios, pareceres e estudos publicados nos principais veículos de divulgação jurídica. Ex-Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos e Atos Administrativos da Diretoria de Administração da Marinha – órgão normatizado da matéria na Marinha do Brasil, função que exerceu por 26 anos. Faz parte do Conselho Editorial da Revista Síntese Direito Administrativo e da Revista Síntese Licitações, Contratos e Convênios. É colaborador efetivo dos seguintes periódicos jurídicos: Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP; Boletim Direito Administrativo, Contabilidade e Administração Pública – DCAP; Informativo de Licitações e Contratos – ILC; Revista de Compras Públicas – Capacitar; Revista Diálogo Jurídico; Revista Governet – Revista do Administrador Público; Revista O Pregoeiro; Revista Negócios Jurídicos; Boletim de Licitações e Contratos – BLC; Revista IOB de Direito Administrativo; Boletim Jurídico Adcoas; Revista Lex de Direito; e colaborador emérito do Boletim Mensal de Divulgação de Doutrina e de Jurisprudência sobre Direito Público, do Instituto Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal (INAP); entre outros. No magistério, destaca-se na importante tarefa de apresentação de seminários e cursos de aperfeiçoamento e especialização em diversas instituições de ensino, tais como Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ); Universidade Cândido Mendes – UCAM (CCCCM); Instituto Superior de Aperfeiçoamento Profissional (IESAP); Faculdade Bêthencourt da Silva (FABES); Universidade Gama Filho (UGF); Centro de Orientação, Atualização e Desenvolvimento Profissional (COAD); Lex Cursos Jurídicos; Centro de Aperfeiçoamento Profissional (CEAP); Materko Seminários; FUMTEX Treinamentos; Centro de Instrução Almirante Newton Braga de Faria (CIANB), entre outras, além de inúmeros cursos in company. Autor de mais de uma centena de artigos e com o maior número de livros editados sobre licitações e contratos do mercado jurídico brasileiro, o que motivou o Professor Ivan Barbosa Rigolin a asseverar que “é o mais prolífico e profícuo autor de obras sobre assuntos que envolvem licitações e contratos”. É considerado um dos maiores especialistas em licitações e contratos do País.*

# NOVO Pregão Eletrônico

**Comentários ao Novo Decreto nº 10.024,  
de 20 de Setembro de 2019**

**RICARDO OLIVEIRA BARROS**



**JHMIZUNO**  
EDITORA DISTRIBUIDORA

# **Novo Pregão Eletrônico: Comentários ao novo decreto nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019**

© Sidney Bittencourt

J. H. MIZUNO 2020

Revisão:

José Silva Sobrinho

## **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

B624n

Bittencourt, Sidney.

Novo pregão eletrônico: comentários ao novo decreto nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019 / Sidney Bittencourt. – Leme, SP: JH Mizuno, 2020.

351 p. : 16 x 23 cm

Inclui bibliografia.

Inclui índice alfabético remissivo.

ISBN 978-85-7789-511-3

1. Administração pública – Inovações tecnológicas. 2. Contratos administrativos – Brasil. 3. Licitação pública – Legislação – Automação. I. Título.

CDD 342.06

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à  
JH MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460  
Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210  
Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: [www.editorajhmizuno.com.br](http://www.editorajhmizuno.com.br)  
e-mail: [atendimento@editorajhmizuno.com.br](mailto:atendimento@editorajhmizuno.com.br)

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

# SUMÁRIO

## DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

### EMENTA

A regulamentação do pregão na forma eletrônica .....	33
--	----

### Artigo 1º, *caput*

1. Os objetivos do decreto.....	37
---------------------------------	----

### Parágrafo 1º

1.1 Subordinação ao disposto no decreto.....	39
--	----

### Parágrafo 2º

1.2 A não subordinação das empresas públicas e sociedades de economia mista	41
---	----

### Parágrafo 3º

1.3 Adoção do pregão eletrônico na aquisição de bens e contratação de serviços comuns realizadas pelos entes federativos com recursos federais.....	43
---	----

1.3.1 Adoção do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, por entes privados nas contratações com recursos decorrentes de acordos celebrados com a Administração .....	45
---	----

### Parágrafo 4º

1.4 Adoção excepcional do pregão presencial.....	46
--	----

### Artigo 2º, *caput*, e Parágrafo 1º

1. Os princípios licitatórios .....	48
-------------------------------------	----

1.1 Princípios licitatórios básicos do pregão eletrônico.....	49
---	----

### Parágrafo segundo

1.2 A ampliação da disputa entre os interessados .....	57
--	----

<b>Artigo 3º, caput</b>	
1. Definições.....	60
<b>Parágrafo 1º</b>	
1.1 Classificação de bens ou serviços comuns.....	72
<b>Parágrafo 2º</b>	
1.2 Uso do pregão nas contratações de bens e serviços de natureza intelectual, científica e técnica.....	72
<b>Artigo 4º</b>	
1. Vedações ao uso do pregão eletrônico .....	74
<b>Artigo 5º, caput</b>	
1. As razões determinantes para a realização do pregão eletrônico .....	86
<b>Parágrafo 1º</b>	
1.1 A adoção de recursos de criptografia e de autenticação.....	86
<b>Parágrafo 2º</b>	
1.2 A permissão de adoção de sistemas próprios.....	87
<b>Artigo 6º</b>	
1. Etapas do pregão eletrônico.....	89
1.1 O estágio interno (ou preparatório) do pregão .....	90
1.2 O estágio externo do pregão.....	91
<b>Artigo 7º, caput</b>	
1. Critérios de julgamento das propostas.....	92
<b>Parágrafo único</b>	
1.1 A fixação de critérios objetivos que permitam a aferição .....	94
1.2 A adoção no pregão do procedimento ditado pelo § 3º do art. 48 da Lei Geral de Licitações .....	95
1.3 A questão da solicitação de amostras no pregão .....	96
<b>Artigo 8º, caput</b>	
1. Documentos do processo licitatório .....	102
<b>Algumas considerações</b>	
1.1.1 Estudo técnico preliminar .....	104

1.1.2 A aprovação jurídica da minuta do edital.....	104
1.1.3 Ato de homologação.....	106
<b>Parágrafo 1º</b>	
1.2 Processo licitatório realizado por meio de sistema eletrônico.....	106
<b>Parágrafo 2º</b>	
1.3 Disponibilização da ata do pregão na internet .....	107
<b>Artigo 9º, caput</b>	
1. O credenciamento prévio perante o provedor do sistema eletrônico.....	108
<b>Parágrafo 1º</b>	
1.1 A atribuição de chave de identificação e de senha .....	112
<b>Parágrafo 2º</b>	
1.2 A solicitação de credenciamento realizada pela autoridade competente .....	112
<b>Artigo 10</b>	
2. O credenciamento nos pregões promovidos por órgão integrante do Sisg .....	114
<b>Artigo 11</b>	
3. A utilização do credenciamento em qualquer pregão na forma eletrônica.....	116
<b>Artigo 12</b>	
1. A condução do pregão eletrônico .....	118
<b>Artigo 13, caput</b>	
2. As atribuições da autoridade competente .....	120
<b>Inciso I</b>	
2.1 Designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio.....	121
<b>Inciso II</b>	
2.2 A escolha do provedor do sistema .....	123
<b>Inciso III</b>	
2.3 A abertura do processo licitatório .....	124
<b>Inciso IV</b>	
2.4 A solução de recursos administrativos .....	124
<b>Inciso V</b>	
2.5 A adjudicação do objeto da licitação quando houver recurso administrativo .....	124

<b>Inciso VI</b>	
2.6 A homologação do resultado da licitação .....	125
<b>Inciso VII</b>	
2.7 A celebração do contrato ou a assinatura da ata de registro de preços .....	125
<b>Artigo 14, caput</b>	
1. A fase de planejamento (ou preparatória) do pregão eletrônico (fase interna) ....	127
1.1 A requisição do interessado .....	127
<b>Inciso I</b>	
1.2 O estudo técnico preliminar e o termo de referência .....	128
<b>Inciso II</b>	
1.3 A aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência .....	131
<b>Incisos III e IV</b>	
1.4 A elaboração do edital licitatório .....	131
1.4.1 A aprovação jurídica do edital licitatório .....	132
<b>Inciso V</b>	
1.5 Atos de indicação do pregoeiro e dos membros da equipe de apoio.....	137
<b>Artigo 15, caput</b>	
1. O preço-base da licitação.....	138
<b>Parágrafos 1º a 3º</b>	
1.1 O possível caráter sigiloso do valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação .....	140
<b>Artigo 16, caput</b>	
1. Requisitos para as designações do pregoeiro e da equipe de apoio.....	144
<b>Inciso I</b>	
1.1 Os requisitos referentes ao pregoeiro .....	145
<b>Inciso II</b>	
1.2 Os requisitos referentes aos integrantes da equipe de apoio .....	145
<b>Parágrafo 1º</b>	
1.3 As funções de pregoeiro e de membros da equipe de apoio no âmbito do Ministério da Defesa.....	146
<b>Parágrafo 2º</b>	
1.4 A investidura do pregoeiro e dos membros da equipe de apoio .....	148

### **Parágrafo 3º**

1.5 A exigência de qualificação do pregoeiro e equipe de apoio .....	149
--	-----

### **Artigo 17, caput**

1. Atos de responsabilidade do pregoeiro .....	151
--	-----

#### **Inciso I**

1.1 Condução da sessão pública .....	152
--------------------------------------	-----

#### **Inciso II**

1.2 Recebimento das impugnações e consultas ao edital, exame e decisão .....	153
--	-----

#### **Inciso III**

1.3 Verificação da conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no edital.....	153
--	-----

#### **Inciso IV**

1.4 Coordenação da sessão pública e o envio de lances .....	153
---	-----

#### **Inciso V**

1.5 Verificação e julgamento das condições de habilitação .....	154
---	-----

#### **Inciso VI**

1.6 Saneamento de erros ou falhas das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica .....	154
--	-----

#### **Inciso VII**

1.7 Recebimento, exame e decisão quanto aos recursos .....	154
--	-----

#### **Inciso VIII**

1.8 Indicação do vencedor do certame .....	155
--	-----

#### **Inciso IX**

1.9 Adjudicação do objeto, quando inexistir recurso administrativo.....	155
---	-----

#### **Inciso X**

1.10 Condução dos trabalhos da equipe de apoio.....	156
---	-----

#### **Inciso XI**

1.11 Encaminhamento do processo à autoridade superior e proposição da homologação .....	156
---	-----

### **Parágrafo único**

1.12 Solicitação de manifestação técnica .....	157
--	-----

### **Artigo 18**

1. Atribuições da equipe de apoio .....	158
---	-----

<b>Artigo 19, caput</b>	
1. Atos cabíveis aos licitantes interessados em participar de pregões .....	160
<b>Inciso I</b>	
1.1 Credenciamento no SICAF .....	161
<b>Inciso II</b>	
1.2 Remessa dos documentos de habilitação e proposta.....	161
<b>Inciso III</b>	
1.3 Responsabilização formal pelas transações efetuadas .....	162
<b>Inciso IV</b>	
1.4 Responsabilização quanto às operações no sistema .....	163
<b>Incisos V e VI</b>	
1.5 Comunicação imediata ao provedor de fato que possa comprometer o uso da senha .....	164
<b>Inciso VII</b>	
1.6 Solicitação de cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso ....	165
<b>Parágrafo único</b>	
1.7 Suspensão de chave e senha no caso de descredenciamento no Sicaf.....	165
<b>Artigo 20, caput</b>	
1. Fase externa do pregão eletrônico.....	166
<b>Parágrafo Único</b>	
1.1 Publicação do aviso de edital por entes federativos .....	167
<b>Artigo 21, caput</b>	
1. Disponibilização do edital no portal de compras governamental .....	168
<b>Parágrafo único</b>	
1.1 Disponibilização dos editais de entes federativos.....	168
<b>Artigo 22</b>	
1. Modificações no edital.....	169
<b>Artigo 23, caput</b>	
1. Pedidos de esclarecimentos .....	170
<b>Parágrafo 1º</b>	
1.1 Prazo para resposta aos pedidos de esclarecimentos.....	171



## **Parágrafo 2º**

1.2 Divulgação das respostas aos pedidos de esclarecimentos .....	172
---	-----

## **Artigo 24, caput**

1. Impugnação do instrumento convocatório .....	173
---	-----

## **Parágrafos 1º a 3º**

1.1 Decisão quanto à impugnação .....	174
1.1.1 O efeito suspensivo .....	174
1.1.2 Resposta às impugnações .....	175

## **Artigo 25**

1. Prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação .	179
---	-----

## **Artigo 26, caput, e Parágrafo 1º**

2. Encaminhamento de propostas e documentos de habilitação .....	179
--	-----

## **Parágrafo 2º**

2.1 Não apresentação de documentos que constem de cadastros de fornecedores.....	181
--	-----

## **Parágrafo 3º**

2.2 Envio das propostas e documentos habilitatórios por meio de chave de acesso e senha .....	181
---	-----

## **Parágrafo 4º**

2.3 A manifestação de cumprimento dos requisitos habilitatórios e de proposta atendendo ao solicitado no edital.....	182
--	-----

## **Parágrafo 5º**

2.4 Efeitos da manifestação falsa .....	183
---	-----

## **Parágrafo 6º**

2.5 Retirada ou substituição da proposta e documentos de habilitação .....	185
--	-----

## **Parágrafos 7º a 9º**

2.6 Procedimentos referentes à ordem de classificação das propostas .....	186
---	-----

## **Artigo 27, caput e Parágrafo 1º**

1. Abertura da sessão pública do pregão eletrônico na internet com uso de chave e senha .....	187
---	-----

## **Parágrafo 2º**

1.1 Troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes no sistema .....	188
---	-----

<b>Artigo 28</b>	
2. Classificação das propostas.....	188
<b>Artigo 29</b>	
3. Ordenamento automático das propostas classificadas pelo pregoeiro.....	188
<b>Artigo 30, <i>caput</i></b>	
1. Início da etapa competitiva do pregão eletrônico.....	191
<b>Parágrafo 1º</b>	
1.1 Imediata informação ao licitante do recebimento de sua proposta .....	191
<b>Parágrafo 2º</b>	
1.2 Oferecimento de lances sucessivos.....	192
<b>Parágrafos 3º a 5º</b>	
1.3 Procedimentos da fase competitiva .....	192
<b>Artigo 31, <i>caput</i>, e Parágrafo único</b>	
1. Modos de disputa .....	197
<b>Artigo 32, <i>caput</i>, e Parágrafos 1º a 3º</b>	
2. O modo de disputa aberto.....	198
<b>Artigo 33, <i>caput</i>, e Parágrafos 1º a 6º</b>	
3. O modo de disputa aberto e fechado.....	199
3.1 Ausência de lance final e fechado.....	200
3.2 Ausência de licitante classificado na etapa de lance fechado em função de inabilitação .....	200
<b>Artigos 34 e 35</b>	
1. Desconexões do pregoeiro .....	202
<b>Artigos 36 e 37</b>	
1. Critérios de desempate .....	204
<b>Artigo 38, <i>caput</i>, e Parágrafos 1º e 2º</b>	
1 Contraproposta encaminhada ao licitante que tenha apresentado melhor preço.	208

## **Artigo 39**

1. Exame de adequação e compatibilização da proposta classificada em primeiro lugar .....	211
---	-----

## **Artigo 40, caput**

1. Habilitação dos licitantes .....	215
-------------------------------------	-----

### **Inciso I**

1.1 Documentação relativa à habilitação jurídica .....	216
--	-----

### **Inciso II**

1.2 Documentação relativa à qualificação técnica .....	217
--	-----

### **Inciso III**

1.3 Documentação relativa à qualificação econômico-financeira .....	224
---	-----

### **Inciso IV**

1.4 Documentação referente à regularidade fiscal e trabalhista .....	229
1.4.1 A questão da regularidade ou quitação .....	229
1.4.2 A constitucionalidade da exigência .....	231

### **Inciso V**

1.5 Documentação relativa à regularidade fiscal com as Fazendas Estaduais e Municipais .....	232
--	-----

### **Inciso VI**

1.6 Documentação relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993 .....	234
--	-----

## **Parágrafo único**

1.7 Substituição da documentação por registro cadastral .....	237
---	-----

## **Artigo 41**

1. Participação de empresa estrangeira no pregão eletrônico .....	239
---	-----

## **Artigo 42, caput**

1. Participação de consórcio de empresas no pregão eletrônico .....	246
---	-----

### **Inciso I**

1.1 Comprovação da existência de compromisso de constituição de consórcio, com indicação da empresa líder .....	249
---	-----

### **Incisos II e III**

1.2 Admissão do somatório dos quantitativos quanto à capacidade técnica .....	250
---	-----

<b>Inciso IV</b>	
1.3 Demonstração de atendimento aos índices contábeis por empresa consorciada .....	251
<b>Inciso V</b>	
1.4 Responsabilidade solidária das empresas consorciadas.....	252
<b>Inciso VI</b>	
1.5 Liderança da empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras .....	257
<b>Inciso VII</b>	
1.6 Constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato.....	258
<b>Parágrafo único</b>	
1.7 Impedimento de participar de mais de um consórcio.....	258
<b>Artigo 43, caput</b>	
1. Verificação da habilitação por meio do Sicaf nas licitações de órgãos do Sisg ...	261
<b>Parágrafos 1º e 2º</b>	
1.1 Envio de documentação exigida para habilitação não contemplada no Sicaf ...	262
<b>Parágrafo 3º</b>	
1.2 Verificação nos sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões ....	263
<b>Parágrafo 4º</b>	
1.3 Exame de proposta subsequente.....	263
<b>Parágrafo 5º</b>	
1.4 Encaminhamento de planilha de composição de preços por meio eletrônico ...	266
<b>Parágrafo 6º</b>	
1.5 Convocação de licitantes na ordem de classificação, quando for pregão eletrônico adotando o SRP .....	266
<b>Parágrafo 7º</b>	
1.6 Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte .....	267
<b>Parágrafo 8º</b>	
1.7 Declaração do licitante vencedor do pregão eletrônico .....	268
<b>Artigo 44, caput, e Parágrafos 1º e 2º</b>	
1. Manifestação de intenção de interpor recurso administrativo .....	269
<b>Parágrafo 3º</b>	
1.1 A decadência do direito de interpor recurso .....	273

<b>Parágrafo 4º</b>	
1.2 Acolhimento de recurso.....	278
<b>Artigos 45 e 46</b>	
1. Adjudicação e homologação do procedimento licitatório .....	281
<b>Artigo 47, caput</b>	
1. Saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ...	285
<b>Parágrafo único</b>	
1.1 A realização de diligências no pregão .....	287
<b>Artigo 48, caput</b>	
1. Convocação do adjudicatário para a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços .....	289
<b>Parágrafo 1º</b>	
1.1 Exigência de comprovação das condições de habilitação consignadas no edital .....	289
<b>Parágrafo 2º</b>	
1.2 Falta de comprovação das condições de habilitação e adjudicatário faltoso.....	289
<b>Parágrafo 3º</b>	
1.3 Prazo de validade das propostas .....	290
<b>Artigo 49, caput</b>	
1. Sancionamento no âmbito do pregão eletrônico.....	292
1.1 Os ilícitos administrativos passíveis de sancionamento .....	299
<b>Inciso I</b>	
1.2 Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços .....	299
1.2.1 Recusa de assinar contrato.....	300
1.2.2 Recusa de assinar a ata de registro de preços.....	301
<b>Inciso II</b>	
1.3 Não entregar a documentação exigida no edital.....	302
<b>Inciso III</b>	
1.4 Apresentar documentação falsa.....	302
<b>Inciso IV</b>	
1.5 Causar o atraso na execução do objeto.....	303

<b>Inciso V</b>	
1.6 Não manter a proposta.....	304
<b>Inciso VI</b>	
1.7 Falhar na execução do contrato.....	305
<b>Inciso VII</b>	
1.8 Fraudar a execução do contrato .....	306
<b>Inciso VIII</b>	
1.9 Comportar-se de modo inidôneo.....	307
<b>Inciso XI</b>	
1.10 Declarar informações falsas.....	308
<b>Inciso X</b>	
1.11 Cometer fraude fiscal .....	310
<b>Parágrafo 1º</b>	
1.12 Aplicação das sanções a integrantes do cadastro de reserva faltantes.....	311
<b>Parágrafo 2º</b>	
1.13 Registro das penalidades no Sicaf.....	311
2. Impeditivas indiretas: uma nova funcionalidade no Sicaf.....	312
 <b>Artigo 50, caput</b>	
1. Revogação e anulação da licitação.....	314
<b>Parágrafo único</b>	
1.1 Efeitos da anulação da licitação.....	316
 <b>Artigo 51 , caput, Incisos I a III e Parágrafos 1º a 3º</b>	
1. A adoção da nova sistemática <i>dispensa eletrônica</i> nas contratações de unidades integrantes do Sisg .....	317
 <b>Artigo 52</b>	
1. Prazos para implementação das regras quando se tratar de licitações com recursos da União.....	319
 <b>Artigo 53</b>	
2. A adoção do horário de Brasília .....	320
 <b>Artigo 54</b>	
3. Direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido no novo decreto .....	320

**Artigo 55**  
4. Permissão de uso do SICAF pelos entes federativos ..... 322

**Artigo 56**  
5. Cessão de uso do sistema eletrônico ..... 322

**Artigo 57**  
6. Disponibilização de propostas na internet..... 323

**Artigo 58**  
7. Arquivos e registros digitais do pregão eletrônico..... 324

**Artigo 59**  
8. Emissão de instruções complementares..... 324

**Artigo 60**  
1. Revogação ..... 326

**Artigo 61**  
2. Vigência..... 326

**REFERÊNCIAS** ..... 329

**ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO** ..... 345